

Centrais não querem fim do imposto sindical agora

Entidades não chegam a consenso sobre uma proposta para acabar com o tributo. Maior divergência é sobre a forma e o momento de pôr fim à contribuição;

"A CUT foi muito afoita para falar da proposta do governo. Acho que somente 0,1% da proposta está fechada, e é o 0,1% deles", atacou Patah, referindo-se à expressão usada por Henrique em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", em que diz que 99,9% do acerto está concluído.

As seis centrais sindicais que receberão, pela primeira vez neste ano, R\$ 56,9 milhões do imposto sindical estão longe de chegar ao consenso sobre uma proposta para acabar com a contribuição. Apesar de terem assinado um termo de compromisso com o governo apoiando o envio de um projeto de lei ao Congresso, as entidades divergem sobre a forma e o momento de extinguir a contribuição.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, afirma que no acordo com o governo não houve definição sobre a data em que as mudanças serão encaminhadas ao Congresso nem comprometimento com o teor da proposta do Ministério do Trabalho.

Desde o ano passado, um grupo criado pelo ministério -a pedido das centrais- discute um anteprojeto de lei para eliminar a cobrança, criando uma nova forma de financiamento dos sindicatos. A comissão foi instituída em novembro e tinha prazo de 90 dias (prorrogáveis) para fechar a proposta. Na época, os próprios sindicalistas afirmavam que uma alternativa estava próxima."

"A construção de uma proposta será feita de forma muito devagar. Achamos que a nova contribuição pode colocar em risco os sindicatos. Hoje, temos algo garantido pela Constituição", afirma Gonçalves.

Para o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, o apoio dado ao governo foi no sentido de "ter possibilidades de alternativas" ao imposto sindical. O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique, diz, porém, que as centrais se comprometeram a acabar com o tributo. "Se até o dia 21 não fecharmos um acordo, o governo vai governar e vai mandar um projeto ao Congresso", diz Henrique.

A proposta na mesa é criar a contribuição negocial, cuja alíquota pode chegar a 1% do salário anual do trabalhador. A nova contribuição será devida por todos os trabalhadores beneficiados por acordos coletivos -independentemente de sua filiação ou não ao sindicato-, mas precisa ser aprovada em assembléia geral da categoria.

Os sindicalistas alegam que a contribuição negocial substituiria não só o imposto sindical mas todas as contribuições pagas pelos trabalhadores.

Diante do impasse, líderes sindicais ficaram ontem irritados com as declarações de Henrique de que há a iminência de um acordo para o fim do imposto sindical. **Para Patah, as afirmações são "equivocadas". "A CUT foi muito afoita para falar da proposta do governo. Acho que somente 0,1% da proposta está fechada, e é o 0,1% deles", atacou Patah, referindo-se à expressão usada por Henrique em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", em que diz que 99,9% do acerto está concluído. "**

Se a CUT quer tanta pressa no fim do imposto, por que não abre mão do dinheiro que vai receber neste ano?", indaga Gonçalves.

Trecho retirado da entrevista feita pela Folha de São Paulo em 14/08/2008.